
***Brasildental
Operadora de Planos
Odontológicos S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 18 de março de 2021

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', is written over the printed name of the firm.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Edison Arisa Pereira', is written over the printed name of the accountant.

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020 e de 2019**

Relatório da Administração

(em milhares de reais)

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Em 2020 o número de beneficiários atingiu 530.015, redução de 8.969 em relação a 2019. Atualmente a carteira é composta por clientes empresariais (77,4%), PME's (11,9%) e individuais (10,6%).

A receita operacional líquida (ROL) reduziu 4,5%, passando de R\$116.519 em 2019 para R\$110.983 em 2020.

	2020	2019
Contraprestações líquidas/prêmios retidos (nota 19)	116.359	120.618
Contraprestações canceladas ou restituídas (nota 19)	(263)	(593)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde (nota 19)	(4.856)	(3.506)
Receita operacional líquida (ROL)	111.240	116.519

Os custos de serviços passaram de R\$55.246 em 2019 para R\$45.453 em 2020, uma redução de 17,7%. O índice de sinistralidade (custo de serviços dividido pela ROL) foi de 47,4% em 2019 e 40,9% em 2020.

	2020	2019
Corresponsabilidade cedida (nota 19)	(45.283)	(55.070)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde (DRE)	(170)	(176)
Custo de serviços	(45.453)	(55.246)

A geração de caixa operacional, medida pelo critério do Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) líquida da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA), atingiu R\$35.182 em 2020 (R\$27.452 em 2019). A margem (LAJIDA dividido pela ROL) foi de 31,6% em 2020 (23,6% em 2019).

O lucro da Companhia foi de R\$23.602 em 2020 e R\$19.314 em 2019.

Balanço patrimonial

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31 de dezembro de	
		2020	2019
Circulante		45.380	42.701
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	5	2.108	2.238
Realizável		43.272	40.463
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	6	37.126	32.144
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		5.688	6.772
Aplicações livres		31.438	25.372
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)	7	5.246	5.402
Despesas de comercialização diferidas	12.2	608	849
Créditos tributários e previdenciários	8	192	728
Bens e títulos a receber	9	93	1.340
Despesas antecipadas		7	-
Não circulante		1.775	1.126
Realizável a longo prazo		1.556	1.070
Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)	10	1.456	1.067
Depósitos judiciais e fiscais	17	100	3
Imobilizado (uso próprio)	11	203	26
Intangível		16	30
TOTAL DO ATIVO		47.155	43.827

PASSIVO	Nota	31 de dezembro de	
		2020	2019
Circulante		23.083	24.262
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		14.295	15.827
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	12.2	9.628	9.838
Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	12.2	4.667	5.989
Débitos de operações de assistência à saúde		4.448	3.942
Contraprestações/prêmios a restituir		89	97
Comercialização sobre operações		137	84
Operadoras de planos de assistência à saúde	13	4.222	3.761
Tributos e encargos sociais a recolher	14	2.141	2.338
Imposto de renda e contribuição social a pagar		921	1.211
Demais obrigações federais		605	504
Demais obrigações municipais		615	623
Débitos diversos		2.199	2.155
Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários)		575	464
Fornecedores de bens e serviços	15	996	1.050
Adiantamentos de clientes		130	301
Outras contas a pagar	16	498	340
Não circulante		3.296	2.391
Provisões para ações judiciais	17	3.296	2.391
Patrimônio líquido		20.776	17.174
Capital social	18.1	9.500	9.500
Reservas de lucros	18.2	7.674	7.674
Dividendo adicional proposto	18.3	3.602	-
TOTAL DO PASSIVO		47.155	43.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2020	2019
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde	19	65.957	61.449
Receitas com operações de assistência à saúde	19	70.813	64.955
Contraprestações líquidas/prêmios retidos		70.813	64.955
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	19	(4.856)	(3.506)
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos		1.322	(311)
Variação da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	12.2	1.322	(311)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		67.279	61.138
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		9	38
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		14	32
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde da Operadora		(3.610)	(2.960)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(170)	(176)
Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	9	-	775
Provisão para perdas sobre créditos	7	(3.440)	(3.559)
RESULTADO BRUTO		63.692	58.248
Despesas de comercialização		(6.603)	(8.138)
Despesas administrativas	20	(20.259)	(20.838)
Resultado financeiro líquido	21	(536)	429
Receitas financeiras		765	2.023
Despesas financeiras		(1.301)	(1.594)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		36.294	29.701
Imposto de renda (corrente)	22	(9.338)	(7.420)
Contribuição social (corrente)	22	(3.377)	(2.680)
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	22	389	56
Participações no resultado	23	(366)	(343)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.602	19.314
Ações do capital social no final do exercício (em milhares)		380	380
Lucro do exercício por ação do capital social (R\$)		62,11	50,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

(em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.602	19.314
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	23.602	19.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)¹

(em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	23.602	19.314
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa das atividades operacionais:		
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	(210)	(608)
Varição da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	(1.322)	311
Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	-	(775)
Depreciações e amortizações	39	20
Variações monetárias, líquidas	83	97
Provisões para ações judiciais	771	1.227
Provisão para perdas sobre créditos	3.440	3.559
Provisão de imposto de renda e contribuição social	12.326	10.044
	38.729	33.189
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	(4.982)	(2.267)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)	(3.284)	(2.704)
Despesas de comercialização diferidas	241	490
Créditos tributários e previdenciários	536	(515)
Bens e títulos a receber	1.247	(151)
Despesas antecipadas	(7)	4
Depósitos judiciais e fiscais	(97)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Débitos de operações de assistência à saúde	506	(799)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.005)	(9.700)
Tributos e encargos a recolher (demais obrigações federais e municipais)	93	(225)
Débitos diversos	44	(674)
Exigível a longo prazo (passivo não circulante)	51	(586)
CAIXA GERADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.072	16.062
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de imobilizado (uso próprio)	-	54
Pagamento de aquisição imobilizado (uso próprio)	(202)	(14)
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(202)	40
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos pagos	(20.000)	(16.000)
CAIXA (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(20.000)	(16.000)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(130)	102
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	2.238	2.136
Saldo final	2.108	2.238
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(130)	102

¹Conforme RN 435/2018 da ANS para efeito de publicação das demonstrações contábeis é facultada a utilização do fluxo de caixa pelo método indireto.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
31 DE DEZEMBRO DE 2018		9.500	1.205	3.155	-	-	13.860
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	19.314	19.314
Proposta de destinação do lucro:		-	695	2.619	-	(19.314)	(16.000)
Constituição reserva legal	18.2	-	966	-	-	(966)	-
Reversão de reserva legal excedente ao limite de 20%	18.2	-	(271)	-	-	271	-
Dividendos intercalares (aprovados em 26 de julho de 2019, pagos em 05 de agosto de 2019)	18.3	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Dividendos intercalares (aprovados em 31 de outubro de 2019, pagos em 04 de novembro de 2019)	18.3	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Dividendos intercalares (aprovados em 19 de dezembro de 2019, pagos em 26 de dezembro de 2019)	18.3	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Constituição de reserva de retenção de lucros	18.3	-	-	2.619	-	(2.619)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2019		9.500	1.900	5.774	-	-	17.174
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23.602	23.602
Proposta de destinação do lucro:		-	-	-	3.602	(23.602)	(20.000)
Dividendos intercalares (aprovados em 22 de junho de 2020, pagos em 29 de junho de 2020)	18.3	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Dividendos intercalares (aprovados em 03 de setembro de 2020, pagos em 28 de setembro de 2020)	18.3	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Dividendos intercalares (aprovados em 17 de dezembro de 2020, pagos em 30 de dezembro de 2020)	18.3	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Dividendo adicional proposto a ser submetido à AGO	18.3	-	-	-	3.602	(3.602)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2020		9.500	1.900	5.774	3.602	-	20.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 - 14º andar, conjunto 1401, Edifício Jatobá, Castelo Branco Office Park, Tamboré – Barueri, São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 12 de março de 2014, tendo obtido registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 14 de julho de 2014.

A Companhia possui como acionistas Odontoprev S.A. (Odontoprev) e BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) com 25% e 75% de participação respectivamente, o controle do negócio é conjunto.

Mediante contrato de associação entre BB Seguros, BB Corretora, Banco do Brasil (BB) e Odontoprev, há o objetivo de, por meio da Brasildental, desenvolver e divulgar, e, por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais BB no território nacional. A Odontoprev Serviços (Controlada da Odontoprev) é responsável pelo suporte à operação de planos odontológicos da Brasildental, o que compreende atendimento via *call center* e pós venda, desenho de produtos e planos, assessoria jurídica, suporte regulatório e para operações financeiras, contábeis, tecnologia e relatórios gerenciais.

O atendimento aos beneficiários da Brasildental junto a rede credenciada da Odontoprev é suportado por contrato de compartilhamento de risco, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 430/2017 da ANS e atualizações.

A Brasildental enquadra-se como operadora, no segmento odontológico terciário de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 39 da ANS de 27 de outubro de 2000.

Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração (CA) em 11 de março de 2021.

2. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.1 Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo CPC quando referendados e aprovados pela ANS, segundo a premissa de continuidade. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).

2.3 Ativos circulantes

2.3.1 Classificação

(a) Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

Corresponde as disponibilidades que inclui dinheiro em caixa e em bancos, bem como numerários em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os créditos de operações com planos de assistência à saúde (nota 7).

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas no resultado ou à conta de provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura do risco dos contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros (nota 2.3.4).

2.3.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1).

2.3.4 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão. Caso, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a recuperação e reversão são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento da carteira. As perdas com clientes são registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado.

Os valores vencidos acima de 180 dias, para os quais não há mais expectativa da Administração para recuperação, são contabilizados como perda efetiva.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

2.3.5 Despesas de comercialização diferidas (DAC – *Deferred Acquisition Costs*)

São os gastos diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, os valores pagos a título de agenciamento nos contratos coletivos e comissões pagas nos contratos individuais anuais, ambos apropriados ao resultado pelo prazo de 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

2.4 Ativos não circulantes

2.4.1 Realizável a longo prazo

(a) Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros quando o valor contábil do ativo for recuperado (nota 10).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

2.4.2 Imobilizado (uso próprio)

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear dos bens às taxas anuais (nota 11).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.4.3 Intangível

Refere-se a implantação de plataforma de acesso exclusiva aos corretores da Companhia, demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear às taxas anuais.

2.5 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

2.6 Contratos de planos de assistência odontológica/teste de adequação dos passivos (TAP)

A Companhia classifica todos os contratos de planos de assistência odontológica com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes (Companhia e beneficiários). Em geral define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades recebidas dos beneficiários.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data do teste.

O último teste foi realizado na data base de 31 de dezembro de 2020 de acordo com os segmentos de negócios da Companhia, seguindo o critério estabelecido pela Resolução Normativa (RN) 435/2018 e considerou as provisões técnicas (notas 2.7 e 12.2), contraprestações líquidas e despesas administrativas. Para estimar os sinistros futuros a Companhia utilizou a sinistralidade por segmento, considerando a tábua de mortalidade BR-EMSsb-v.2015 e a taxa de cancelamento observada em sua carteira. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) pré publicada pela Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A metodologia deste teste considera como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro segundo o CPC 11 – Contratos de seguro, deduzidos dos ativos diretamente relacionados a estes contratos. O resultado do TAP não apresentou insuficiência na data de sua realização, logo, não houve necessidade de ajustes nas provisões constituídas.

2.7 Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

Conforme RN 393/2015, alterada pela RN 430/2017 e RN 442/2018 da ANS a Companhia constitui mensalmente no passivo circulante:

- (i) **Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG):** calculada “*pro rata die*” com base nas contraprestações emitidas, sendo apropriada ao resultado de acordo com o período de cobertura do risco (nota 12.2).
- (ii) **Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA):** estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não foram registrados contabilmente pela Companhia (nota 12.2). O cálculo da PEONA foi elaborado com base em metodologia atuarial a partir da estruturação de triângulos de desenvolvimento dos registros de sinistros por ocorrência dos eventos (triângulos de “*run off*”), que consideram o período de experiência de eventos avisados nos últimos 18 meses.

2.8 Tributos e encargos a recolher

- (i) **Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL):** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 14 e 22). A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado (notas 14 e 22).

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) **Demais obrigações federais:** composta, principalmente, por Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e 4,0% respectivamente; e, encargos/contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (nota 14).
- (iii) **Obrigações municipais:** corresponde a Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída à alíquota de 2,0% (nota 14).

2.9 Comercialização sobre operações

Compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões a pagar, em sua maioria liquidados mensalmente.

2.10 Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde

A Brasildental mantém contrato de risco cedido com a Odontoprev a qual é responsável pelo atendimento dos beneficiários da operadora, sendo que os eventos/sinistros conhecidos ou avisados são contabilizados na Odontoprev, observando-se data de conhecimento e eventuais glosas/recuperações, junto ao resultado “eventos/sinistros conhecidos ou avisados” em contrapartida com o passivo provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais” (PESL). O pagamento aos prestadores de serviços de assistência odontológica (rede credenciada de atendimento da Odontoprev, formalizada por contrato desta com os prestadores de serviços), é realizado pela Odontoprev, motivo pelo qual o registro da PESL é mantido nesta.

Na Brasildental, a transferência de risco decorrente do atendimento odontológico de seus beneficiários pela Odontoprev é registrada no resultado em “contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência a saúde - com preço preestabelecido” (nota 19) em contrapartida ao passivo “intercâmbio a pagar de corresponsabilidade cedida - preço pós-estabelecido”, de acordo com o anexo I – Normas Gerais, item 6.2.2 da RN 430/2017 e atualizações. A Odontoprev informa mensalmente à operadora os atendimentos dos beneficiários e custos incorridos.

2.11 Débitos diversos

Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários), fornecedores de serviços e bens, adiantamentos de clientes, e contas a pagar (notas 15 e 16).

Referem-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo registrados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, classificados no passivo não circulante.

2.12 Provisões para ações judiciais

A Companhia avalia suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados

Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, 100% dos valores pretendidos são provisionados (nota 17).

Adicionalmente são analisados individualmente os processos administrativos com autuação pelos Órgãos de Defesa do Consumidor (ex. Procon), ANS e Órgãos de Classe, com aplicação de sanção pecuniária e pendentes de julgamento, para os quais são estabelecidas estimativas individuais, que podem ser alteradas a depender da fase processual ou definição de entendimentos pelos órgãos. A Companhia considera relevante tais processos administrativos.

Os processos perante à ANS, a depender do seu resultado, podem gerar impacto nos indicadores de desempenho das operadoras de saúde e demais avaliações de âmbito regulatório, e os processos perante os órgãos de proteção ao consumidor e perante os órgãos de classe podem acarretar prejuízos materiais e de imagem a Companhia. Nesse sentido, são objeto de provisão os processos administrativos perante à ANS em que a Companhia é parte, estimados como “perdas possíveis”, em valores correspondentes a 25% dos valores de autuação/condenação, enquanto mantida essa estimativa de perda.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 18.1).

2.14 Reconhecimento das receitas

(a) Contraprestações líquidas/prêmios retidos

São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-pagamento, obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário “*pro-rata die*” do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura (nota 19). As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura futuro estão contabilizadas na conta de PPCNG (notas 2.7 e 12.2).

(b) Financeiras

Receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 21).

2.15 Custo de serviços prestados

O custo de serviços prestados é reconhecido no resultado pelo regime de competência, junto à conta “contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência a saúde”, considerando contrato de compartilhamento de risco existente firmado com a Odontoprev, juntamente com a constituição da PEONA. Tal contrato garante o atendimento odontológico aos beneficiários da Brasidental, pela Odontoprev, junto a rede credenciada e/ou mediante livre escolha de profissionais (nota 1).

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Brasildental é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde que não pago, até o término do exercício social, na conta “dividendo adicional proposto” (nota 18.3), até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.17 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação com base na quantidade de ações ao final do exercício.

2.18 Novas normas e interpretações

CPC 48 - Instrumentos Financeiros: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, substitui as orientações existentes no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, diante disso, a Companhia optou pelo benefício da isenção temporária do CPC 48, permitida pela Revisão CPC de 12 de dezembro de 2017, e continuará a aplicar o CPC 38 para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2022, adotando o referido pronunciamento a partir de 01 de janeiro de 2023.

CPC 50 – Contratos de Seguros: com vigência em 01 de janeiro de 2023, substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro e objetiva contribuir com os investidores e outros *stakeholders* a melhor entender aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo as revisões reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação das aplicações financeiras (nota 6), (ii) avaliação da provisão para perdas sobre créditos (nota 7) e (iii) provisões técnicas de operações de assistência a saúde (nota 12).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia mencionados a seguir são gerenciados por diferentes departamentos e contemplam estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 Fatores de risco financeiro

4.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)

Advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia adota a política de aplicação em fundos de curto prazo obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 392/2015, alterada pela RN 419/2016, ambas da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia está exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC, conforme destacado no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2020	
	SELIC (a.a) ¹	Fundos de investimentos
Aplicações		37.126
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:		
Provável	2,85%	1.058
Queda 25%	2,14%	794
Queda 50%	1,43%	529
Elevação 25%	3,56%	1.323
Elevação 50%	4,28%	1.587

¹Baseada nas curvas de juros disponibilizadas pela B3 SA Brasil, Bolsa, Balcão.

Os investimentos em fundos são classificados como nível hierárquico 2 (metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado (nota 2.3.3)).

4.1.2 Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes das aplicações financeiras e contraprestações (notas 6 e 7). A Companhia monitora periodicamente o nível de suas contas a receber e apura provisão para perdas sobre créditos (nota 2.3.4).

4.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e dos seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 Riscos legal e regulatório - capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico". A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 12.1).

5. Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Bancos conta movimento	126	1.795
Numerários em trânsito	1.982	443
	2.108	2.238

6. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

Movimentação das aplicações financeiras - Valor justo através do resultado			
	Garantidoras de provisões técnicas	Livres	Total
31 de dezembro de 2018	6.273	23.604	29.877
Aplicações	200	94.679	94.879
(-) Resgates	(53)	(94.561)	(94.614)
Rendimentos	352	1.650	2.002
31 de dezembro de 2019	6.772	25.372	32.144
Aplicações	200	125.445	125.645
(-) Resgates	(1.422)	(119.996)	(121.418)
Rendimentos	138	617	755
31 de dezembro de 2020	5.688	31.438	37.126

Aplicações garantidoras de provisões técnicas: cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa dedicado ANS em garantia ao saldo integral da PEONA.

Aplicações livres: cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa BB Institucional RF apurado com base em dados divulgados pela instituição financeira, administrada pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), sendo classificadas no ativo circulante.

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Contraprestações pecuniárias a receber (faturas)	6.986	6.942
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(1.740)	(1.540)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.246	5.402

Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento			31 de dezembro de	
Vencimento	Faturas	PPSC	2020	2019
A vencer	4.371	(11)	4.360	4.426
Vencidas até 30 dias	924	(277)	647	631
Vencidas de 31 a 60 dias	529	(309)	220	345
Vencidas de 61 a 90 dias	340	(323)	17	-
Vencidas acima de 91 dias	822	(820)	2	-
	6.986	(1.740)	5.246	5.402

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos e contraprestações a receber			31 de dezembro de	
			2020	2019
Contraprestações a receber (faturas)			6.986	6.942
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)			(1.740)	(1.540)
Saldo no início do exercício			(1.540)	(2.030)
Reversões (provisões) no exercício			(3.440)	(3.559)
Perdas efetivas			3.240	4.049
Créditos de operações com planos de assistência à saúde			5.246	5.402
Adiantamentos de clientes			(130)	(301)
Contraprestações a receber			5.116	5.101

8. Créditos tributários e previdenciários

	31 de dezembro de	
	2020	2019
CSLL	23	23
PIS e COFINS	165	165
ISS ¹	4	540
	192	728

¹Créditos a recuperar devido inclusão dos eventos à base de cálculo de ISS (nota 17 (a) (ii)).

9. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Adiantamentos a funcionários	64	90
Adiantamentos a fornecedores	-	363
ISS a receber ¹	-	775
Demais créditos a receber	29	112
	93	1.340

¹Em 2019 refere-se ao valor a receber da Odontoprev, devido ao êxito obtido no processo judicial relativo ao ISS (nota 17 (a) (ii)), recebido em 2020.

Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)

	Expectativa de realização	Nota	31 de dezembro de 2019	Debitado (creditado) no resultado	31 de dezembro de 2020
Provisão para perda sobre créditos	até 12 meses	7	133	49	182
Provisões para ações judiciais	após 12 meses	17	746	307	1.053
Provisão para participações nos resultados	até 12 meses	-	158	44	202
Provisões diversas	até 12 meses	16	30	(11)	19
			1.067	389	1.456
Imposto de renda diferido			785	286	1.071
Contribuição social diferida			282	103	385

11. Imobilizado (uso próprio)

	Equipamentos de computação	Moveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
31 de dezembro de 2019	10	13	3	-	26
Aquisições	26	-	-	176	202
Depreciações	(9)	(1)	-	(15)	(25)
31 de dezembro de 2020	27	12	3	161	203
Custo de aquisição	51	15	4	176	246
Depreciações acumuladas	(24)	(3)	(1)	(15)	(43)
31 de dezembro de 2020	27	12	3	161	203
Taxa anual de depreciação (%)	20	10	10	20	-

12. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo, atualmente, com RN 451/2020 alterada pela RN 461/2020.

A RN 451/2020 também dispõe sobre a adoção de modelo de capital regulatório baseado em riscos, obrigatório à todas as operadoras a partir de 2023, entretanto, possibilita adoção antecipada. A Companhia protocolou em julho de 2020 termo de compromisso (adoção antecipada) que permite o congelamento da escala de solvência em 75%.

Devido a opção pela antecipação de utilização de modelo padrão de capital baseado em riscos nos termos do artigo 14 da RN 451/2020, a apuração do capital regulatório deverá considerar, a partir do mês indicado pela DIOPE (Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras), o maior entre os seguintes valores: (i) o capital base; (ii) a margem de solvência considerando o percentual fixo de 75%; (iii) capital baseado em riscos.

12.1 Recursos próprios mínimos

- (a) O patrimônio mínimo ajustado (PMA) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital base.

Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) A margem de solvência (MS) corresponde à suficiência (S) do patrimônio líquido ajustado (PLA) para cobrir o maior montante entre 0,20 vezes a soma dos últimos 12 meses das contraprestações ou 0,33 vezes da média anual dos últimos 36 meses dos eventos líquidos.
- (c) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação. O capital baseado no risco de subscrição é composto pelas parcelas: (i) capital baseado no risco de precificação e (ii) capital baseado no risco de provisionamento.

	Cálculo PMA, PLA, MS e S	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Capital base	8.977	8.790
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	290	284
Patrimônio líquido contábil	20.776	17.174
Despesas de comercialização diferidas	(608)	(849)
Despesas antecipadas	(7)	-
Intangível	(16)	(30)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	20.145	16.295
(A) 0,20 vezes da soma das contraprestações - últimos 12 meses	14.163	12.993
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - últimos 36 meses	-	-
Margem de solvência (MS) total² = maior entre (A) e (B)	14.163	12.993
Suficiência total (PLA - MS total)	5.982	3.302
MS exigida ³ (%)	75,000%	77,900%
MS exigida ³ (R\$)	10.621	10.121
Suficiência (PLA - MS exigida)	9.524	6.174
Risco de subscrição	5.882	-

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 461/2020.

²Margem de solvência total deverá ser constituída até 31 de dezembro de 2022 conforme RN 451/2020.

³ 75% fixo devido adoção antecipada RN 451/2020.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	PPCNG	PEONA	DAC¹
31 de dezembro de 2018	10.446	5.678	1.339
Contraprestações não ganhas	119.417	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado (nota 19)	(120.025)	-	-
Despesas de comercializações diferidas	-	-	1.280
Despesas de comercializações amortizadas	-	-	(1.770)
Variação de PEONA	-	311	-
31 de dezembro de 2019	9.838	5.989	849
Contraprestações não ganhas	115.886	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado (nota 19)	(116.096)	-	-
Despesas de comercializações diferidas	-	-	1.122
Despesas de comercializações amortizadas	-	-	(1.363)
Variação de PEONA	-	(1.322)	-
31 de dezembro de 2020	9.628	4.667	608

¹ Ativo diretamente relacionado a contratos de seguros.**13. Outros débitos com operações de planos de assistência à saúde**

Em 31 de dezembro de 2020 o montante a pagar pela Brasildental a Odontoprev decorrente do contrato de compartilhamento de risco (notas 2.10 e 23) é de R\$4.221 (R\$3.761 em 31 de dezembro de 2019).

14. Tributos e encargos a recolher

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social a pagar	921	1.211
IRPJ	657	869
CSLL	264	342
Demais obrigações federais	605	504
PIS e COFINS	248	290
IRRF	118	67
Taxa de saúde suplementar	49	73
INSS	176	60
FGTS	14	14
Obrigações fiscais municipais¹	615	623
	2.141	2.338

¹Nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 a Companhia atendeu às determinações da Lei Complementar (LC) 157/2016 que introduziu alterações ao cálculo do ISS e, a partir de março, está sob as determinações da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.835 que suspendeu temporariamente tais alterações. Em 11 de setembro de 2018 a Companhia obteve liminar em primeira instância para recolher o ISS sobre o valor efetivo dos serviços prestados e em março de 2019 obteve a decisão favorável transitada em julgado (nota 17 (a) (ii)).

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores de bens e serviços

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Odontoprev Serviços (nota 23)	654	874
Outros	342	176
	996	1.050

16. Outras contas a pagar

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Provisões diversas	127	139
Publicações	111	115
Serviços	16	24
Créditos a identificar¹	11	15
Cobranças antecipadas	331	185
Outros	29	1
	498	340

¹Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados e que não ultrapassam o período de 60 dias.

17. Provisões para ações judiciais

Movimentações	Movimentação das provisões para ações judiciais				31 de dezembro de 2019
	31 de dezembro de 2020				
	Fiscal - TPS	Trabalhista	Cível e Administrativo	Total	
Saldo inicial	2.297	40	51	2.388	1.645
Constituição	796	-	53	849	1.227
Baixas	-	-	(24)	(24)	(586)
Atualização monetária	74	1	8	83	105
Provisão	3.167	41	88	3.296	2.391
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	(100)	(100)	(3)
Provisão líquida	3.167	41	(12)	3.196	2.388

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui 5 processos judiciais de natureza cível, cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$184, os quais não são provisionados (R\$259 em 31 de dezembro de 2019).

(a) Fiscais**(i) Taxa de saúde suplementar por plano de assistência à saúde (TPS)**

A Companhia pleiteia, através de ação judicial distribuída em 16 de agosto de 2017, a desconstituição da obrigatoriedade da TPS, autorizada pelo artigo 20, inciso I, da Lei nº 9.961/2000, bem como a compensação dos valores pagos nos últimos cinco anos. Já foi proferida decisão concedendo a tutela de urgência (liminar) para determinar a suspensão da exigibilidade da TPS, além disso, em 7 de maio de 2018 foi proferida sentença julgando procedente a ação para declarar incabível a incidência da taxa, condenando a ANS a restituir os valores recolhidos desde 16 de agosto de 2012. A ANS interpôs Recurso de Apelação, porém, até 31 de dezembro de 2020 seu julgamento ainda não foi concluído.

Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) ISS

Em 11 de setembro de 2018, a Companhia obteve liminar em primeira instância para recolher o ISS sobre o valor efetivo dos serviços prestados, ou seja, sobre o saldo do valor faturado menos os repasses feitos aos prestadores de serviços odontológicos. Em março de 2019 houve decisão favorável à Companhia transitada em julgado, revertendo o valor provisionado de R\$535 adicionando ao valor já pago de R\$515 (nota 8), totalizando R\$1.050. Em razão do efeito retroativo da decisão judicial, em dezembro de 2019, foi deferido o pedido da Companhia para restituição dos valores pagos a maior no período de março a agosto de 2018 a título de ISSQN, tendo sido iniciada a compensação no recolhimento de dezembro de 2019 e finalizada no decorrer de 2020.

(b) Trabalhista

Refere-se a um processo judicial trabalhista, cujo o objeto é: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) horas extras; (iii) enquadramento sindical; e (iv) indenizações.

(c) Cível e Administrativo

(i) Cível

Refere-se a um processo judicial no montante de R\$5, cujo objeto é a indenização por danos materiais e morais.

(ii) Administrativo

Refere-se a multas aplicadas em quatro processos administrativos no âmbito da ANS no montante de R\$83, por supostas infrações regulatórias que são objeto de discussão pela Companhia.

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	9.500	9.500
Número de ações, sem valor nominal (qtd. ações)	380.000	380.000
Ações ordinárias	190.000	190.000
Ações preferenciais	190.000	190.000
Preço de emissão (R\$/ação)	25,00	25,00

18.2 Reservas de lucros

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Reserva legal	1.900	1.900
Reserva de retenção de lucros	5.774	5.774
	7.674	7.674

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 a destinação foi realizada no limite de constituição, não havendo obrigatoriedade de constituição em 31 de dezembro de 2020.

Limite de constituição da Reserva legal	
Capital social	9.500
(%) Limite de constituição	20
Limite reserva legal	1.900
Movimentação da Reserva legal	
31 de dezembro de 2019	1.900
Constituição em 2020	-
31 de dezembro de 2020	1.900

Reserva de retenção de lucros: constituída nos termos da Lei 6.404/1976 após destinação da reserva legal e dividendos obrigatórios.

18.3 Dividendo mínimo obrigatório

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	23.602	19.314
Reserva legal (3,6% em 2019)	-	(695)
Base de cálculo ajustada	23.602	18.619
(%) Percentual dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto	50	50
Dividendo mínimo obrigatório	11.801	9.310
Dividendos intercalares	20.000	16.000
Dividendo adicional proposto	3.602	-
Excedente ao mínimo obrigatório	(11.801)	(6.691)
Dividendo mínimo obrigatório	11.801	9.310
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	23.602	19.314
Proposta de destinação do lucro:	(23.602)	(19.314)
Reserva legal (3,6% em 2019)	-	(695)
Dividendo intercalares	(20.000)	(16.000)
Dividendo adicional proposto	(3.602)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	(2.619)
	-	-

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	116.359	120.618
Corresponsabilidade cedida (nota 23)	(45.283)	(55.070)
Contraprestações canceladas ou restituídas	(263)	(593)
Receitas com operações de assistência a saúde/contraprestações líquidas	70.813	64.955
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora ¹	(4.856)	(3.506)
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde	65.957	61.449

¹Em março de 2019 houve a reversão de R\$1.050 referentes à provisão para pagamento do ISS decorrente da inclusão dos eventos à base de cálculo mediante decisão transitada em julgado favorável a Companhia (nota 17 (a) (ii)).

20. Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Pessoal	(3.282)	(2.768)
Serviços terceiros ¹	(14.002)	(15.279)
Localização e funcionamento	(972)	(735)
Publicidade e propaganda	(772)	(733)
Taxas e tributos	(867)	(967)
Depreciações e amortizações	(39)	(20)
Outras	(325)	(336)
	(20.259)	(20.838)

¹Inclui basicamente a prestação de serviços da Odontoprev Serviços (nota 23).

21. Resultado financeiro líquido

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Rendimentos de aplicações financeiras	755	2.002
Outras receitas financeiras	10	21
Receitas financeiras	765	2.023
Tarifas bancárias	(1.161)	(1.459)
Outras despesas financeiras	(140)	(135)
Despesas financeiras	(1.301)	(1.594)
	(536)	429

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Resultado antes dos impostos e participações	36.294	29.701
Participações sobre o lucro	(366)	(343)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	35.928	29.358
Alíquota vigente (%)	34	34
Expectativa de (despesas) de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(12.216)	(9.982)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:		
Provisão para perdas sobre créditos	(49)	148
Brindes	(78)	(19)
Provisões para ações judiciais	(307)	(239)
Provisões diversas	(34)	39
Outras	(31)	6
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	(12.715)	(10.100)
Receita de IRPJ e CSLL diferidos	389	56
IRPJ e CSLL	(12.326)	(10.044)
Alíquota efetiva	-34,3%	-34,2%

23. Partes relacionadas

As operações entre a Companhia e o grupo Odontoprev consistem em contratos de prestação de serviços administrativos e prestação de serviços de assistência odontológicos (nota 1), demonstradas a seguir:

<u>Ativo/(passivo)</u>	<u>Natureza</u>	<u>Brasildental</u>	<u>Odontoprev</u>	<u>Odontoprev Serviços</u>
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	Compartilhamento de risco	-	4.221	-
Bens e títulos a receber	Serviços administrativos	-	-	654
Intercâmbio a pagar de corresponsabilidade cedida (nota 13)	Compartilhamento de risco	(4.221)	-	-
Fornecedores de bens e serviços (nota 15)	Serviços administrativos	(654)	-	-
Receitas/(despesas)				
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	Compartilhamento de risco	-	45.283	-
Corresponsabilidade cedida (nota 19)	Compartilhamento de risco	(45.283)	-	-
Receitas de serviços	Serviços administrativos	-	-	9.531
Despesas administrativas	Serviços administrativos	(9.531)	-	-
31 de dezembro de 2020		(54.814)	45.283	9.531
31 de dezembro de 2019		(66.070)	55.070	11.000

A Companhia mantém operações com empresas dos grupos Banco do Brasil e Bradesco, nos quais estão incluídas as acionistas da Companhia BB Seguros e Odontoprev respectivamente, conforme demonstradas a seguir:

Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Ativo/(passivo)</u>	<u>Empresas do grupo Banco do Brasil</u>	<u>Natureza</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
			<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades	Banco do Brasil S.A.	Conta corrente	126	1.795
Aplicações financeiras	BB DTVM	Aplicações financeiras	37.126	32.144
Receitas/(despesas)				
Despesas de comercialização	BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	Comissões	(3.877)	(4.358)
Despesas de viagens	BBTur Viagens e Turismo Ltda	Viagens e estadias - diretoria e funcionários	(3)	(17)
Receitas financeiras	BB DTVM	Receita de aplicações financeiras	755	2.002
Despesas financeiras	Banco do Brasil S.A.	Tarifa bancária	(1.161)	(1.459)
Despesas administrativas	Banco do Brasil S.A.	Força de vendas	(3.384)	(3.563)
Despesas administrativas	Banco do Brasil S.A.	Administração de contas a pagar e a receber	(380)	(395)
			(8.050)	(7.790)
Receitas/(despesas)				
<u>Empresas do grupo Bradesco</u>	<u>Natureza</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	
Despesas administrativas	Bradesco Saúde S.A.	Assistência médica - funcionários	(315)	(204)
Despesas administrativas	Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida - funcionários	(7)	(4)
Despesas administrativas	Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	Vale refeição - funcionários	(127)	(148)
Doações	Fundação Bradesco	Doações	(153)	(156)
			(602)	(512)

A Companhia concede participações no resultado a seus colaboradores e Administradores. Em 31 de dezembro de 2020 foi apropriado, à título de participações no resultado, o montante de R\$366 (R\$343 em 31 de dezembro de 2019).

24. Remuneração da Administração

A remuneração aos Administradores é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa encontra-se relacionado a seguir:

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Diretoria Estatutária	512	8
Pró-labore	443	-
Benefícios	69	8
Conselho de Administração	186	328
Pró-labore	186	328
Conselho Fiscal	163	210
Pró-labore	163	210
	861	546

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações do seu capital social.

Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Fluxo de caixa - método direto

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	111.031	117.506
Resgate de aplicações financeiras (nota 6)	120.664	92.612
Recebimentos de juros de aplicações financeiras (nota 6)	755	2.002
Outros recebimentos operacionais	88	266
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(44.822)	(55.727)
Pagamentos de comissões	(6.308)	(7.785)
Pagamentos de pessoal	(1.908)	(1.731)
Pagamentos de pró-labore	(707)	(402)
Pagamentos de serviços de terceiros	(13.501)	(15.465)
Pagamentos de tributos	(17.380)	(14.415)
Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(207)	(375)
Pagamentos de aluguel	(7)	(7)
Pagamentos de promoção/publicidade	(867)	(841)
Aplicações financeiras (nota 6)	(126.400)	(96.880)
Outros pagamentos operacionais	(1.694)	(809)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.737	17.949
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de ativo imobilizado - outros	-	54
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(202)	(14)
CAIXA GERADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(202)	40
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de participação nos resultados	(204)	(289)
Outros pagamentos das atividades de financiamento	(20.000)	(16.000)
CAIXA (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(20.204)	(16.289)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.669)	1.700
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	1.795	95
Saldo final	126	1.795
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.669)	1.700
Ativos livres no início do exercício	27.610	25.740
Ativos livres no final do exercício	33.546	27.610
AUMENTO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	5.936	1.870
Conciliação das atividades operacionais da demonstração fluxo de caixa direto com fluxo de caixa Indireto		
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (método direto)	18.737	17.949
(+/-) Valores classificados de forma distinta entre os métodos		
Participação nos resultados	(204)	(289)
Numerários em trânsito	1.539	(1.598)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (método indireto)	20.072	16.062

26. Efeitos COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a COVID-19 constitui pandemia, atingindo grande parte dos países. As empresas têm sido impactadas, há incerteza macroeconômica e nos negócios, em todos os setores.

Não registramos impactos da pandemia nos resultados do 1º trimestre.

A partir do 2º trimestre, a Companhia observou menor ritmo na solicitação de senhas por cirurgiões-dentistas e marcação de consultas por beneficiários, trazendo, assim, menor custo serviços, realidade também observada no 3º trimestre, com gradativa retomada na frequência de utilização do benefício.

O perfil dos contratos corporativos, maior parte da carteira, reflete relacionamento comercial plurianual, de longo prazo, com patamar mínimo de provisão para perdas sobre créditos.

A Administração permanece tomando medidas prudenciais, dentre as quais:

- Com o propósito de preservar a saúde do quadro funcional, posicionou, em poucos dias, 100% dos colaboradores em regime de trabalho remoto (*home office*), mantendo todas as operações em andamento. Alguns departamentos da Companhia, a partir de julho, contaram com o retorno de colaboradores em *home office* ao trabalho presencial nos escritórios. A maior parte dos funcionários permanece atuando de forma remota.
- Reuniões de acompanhamento operacional e monitoramento de métricas chaves são realizadas virtualmente pela alta gestão da Companhia.
- Renegociações com fornecedores significaram economia de R\$795 e viagens aéreas não realizadas pouparam R\$146.
- Aderimos à flexibilização aos novos prazos de recolhimento tributário (INSS, PIS e COFINS, parcelamento FGTS), bem como a Companhia utilizou a suspensão de contratos de trabalho prevista na Medida Provisória (MP) nº 936. Com isto, houve redução dos gastos com folha de R\$7.741.
- A Companhia aderiu, também, ao capítulo IX da MP nº 927/2020, adiando o depósito do FGTS dos colaboradores ativos, referente aos meses de março, abril e maio, com posterior parcelamento e pagamentos dos valores até dezembro de 2020.

27. Eventos subsequentes

Na RCA de 11 de março de 2021 foi aprovada a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício de 2020 a ser submetida a AGO de 30 de abril de 2021, a qual inclui a destinação de R\$3.602 a título de dividendos complementares, que, se aprovados, serão pagos em 28 de junho de 2021.